Meio: **Notícias ao Minuto**
Periodicidade: **Diário**
Tipologia: **Generalista**
Suporte: **Online**
Data: **22.12.2015**
Secção: **País**
Título: **Trabalhadores da vigilância privada iniciam greve de 48 horas à meia-noite**

ADBDcommunicare
Consultores Associados

NOTÍCIASAOMINUTO

Trabalhadores da vigilância privada iniciam greve de 48 horas à meia-noite

Os trabalhadores do setor de vigilância privada iniciam à meia-noite uma greve nacional de 48 horas contra o atraso na revisão do contrato coletivo de trabalho e em defesa de aumentos salariais.

Lusa

PAÍS PROTESTO

HÁ 18 HORAS
POR LUSA

Além da greve nos dias 23 e 24 de dezembro, os trabalhadores estão em greve às horas extraordinárias e aos feriados desde o dia 11 de dezembro, que prolongam até 15 de janeiro, indica um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpezas e Atividades Diversas (STAD) hoje divulgado.

Esta paralisação de dois dias vai ainda ficar marcada por duas concentrações, na quarta-feira, junto às principais empresas do setor, em Lisboa e no Porto.

O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, vai estar presente, pelas 10:00, na concentração dos trabalhadores do setor, junto à Associação das Empresas de Segurança (AES), em Lisboa.

No passado dia 06 de novembro os trabalhadores do setor de vigilância privada terminaram uma semana de luta, pelos mesmos motivos, numa semana igualmente marcada por concentrações de trabalhadores e sindicalistas em Lisboa e no Porto, em protesto contra o atraso negocial, pelo qual responsabilizam os representantes patronais.

"Já fizemos 11 reuniões negociais, sob a conciliação do Ministério do Emprego, a última das quais a 16 de outubro, e os representantes empresariais só aceitaram a marcação de uma nova reunião para 13 de novembro, o que representa mais um atraso desnecessário neste processo e falta de seriedade negocial", disse então o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria, Vigilância, Limpezas e Atividades Diversas (STAD), Carlos Trindade, à agência Lusa.

Segundo Carlos Trindade, a demora na revisão do Contrato Coletivo atrasa também a aplicação de aumentos salariais, que ainda não estão acordados, dado que o sindicato reivindica cerca de 5% e as empresas querem dar 1%.

O presidente da Associação de Empresas de Segurança Privadas (AES), Rogério Alves, refutou as acusações sindicais e considerou que os protestos "são injustificados".

"A AES tem participado nas negociações com lealdade, pontualidade, regularidade e produtividade. Mas estamos num setor a definhar, que enfrenta condições concorrenciais insuportáveis, e neste cenário não se pode corresponder a todos os anseios sindicais, nomeadamente aos aumentos salariais reivindicados", disse Rogério Alves à Lusa.

O presidente da AES salientou que "a grande prioridade da associação é manter o emprego, num quadro recessivo".

O setor da vigilância privada emprega 35.000 pessoas, distribuídas por 100 empresas.